



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Contratação de serviço para realizar 02 (duas) inscrições para participação no curso Formação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio que será realizado nos dias 12,13 e 14 de maio de 2025, na cidade de Curitiba – PR.

2. Especificação do Objeto:

- O curso Formação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio que será realizado nos dias 12,13 e 14 de maio de 2025, na cidade de Curitiba – PR.
- Carga horária: 20 horas
- Certificado Geral com carga horária de 20 horas
- Conteúdo programático:

Módulo 1

Formação de Agente de Contratação, pregoeiros e equipe de apoio - Lei 14.133/2021

1. NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a) Competência da União (art. 22, inc. XXVII, da Constituição Federal)
- b) Normas gerais e normas específicas

2. LEI N.º 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS)

- a) Estrutura processual (etapas da contratação)
 - b) Princípios licitatórios (art. 5º)
 - i. Princípio do Formalismo Moderado
 - c) Benefícios Lei Complementar nº 123/2006 e a NLL (art. 4º)
- ##### 3. AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS
- a) Agentes que atuam no processo de contratação (art. 7º)
 - b) Agente de Contratação (art. 8º)
 - i. Requisitos; Atribuições, Responsabilidades, Comissão de contratação e Vedações ao Agente Público
 - c) Segregação de funções

4. PROCEDIMENTO

- a) Rito procedimental do pregão e da concorrência (art. 17)
- b) Montagem do procedimento (art. 18)
- c) Parecer Jurídico (art. 53)
- d) Garantia de proposta (art. 58)
- e) Orçamento sigiloso (art. 24)
- f) Menor preços por grupo de itens

5. REGRAS DE PUBLICIDADE

- a) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (art. 174)
- b) Divulgação do edital de licitação (art. 54)
- c) Publicidade dos contratos (art. 94)
- d) Impugnação e Esclarecimento (art. 164)

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E LANCES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- a) Prazos e apresentação de proposta
 - b) Modos de disputa (art. 56)
 - c) Empate entre propostas (Art. 60)
 - 7. JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO
 - a) Preço estimado versus preço máximo
 - b) Análise da Conformidade da proposta
 - c) Negociação (art. 61)
 - d) Princípio do formalismo moderado e saneamento da proposta
 - e) Inexequibilidade de preços – parâmetros legais
 - f) Habilitação (art. 62 ao 70)
 - g) Adjudicação e Homologação (art. 71)
 - h) Recurso Administrativo (art. 165)
 - i) Convocação para Contrato (Art. 90)
 - 8. INSTRUMENTOS AUXILIARES - CREDENCIAMENTO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
 - a) Hipóteses de utilização do credenciamento
 - i) Situações paralelas e não excludentes; Seleção a critério do destinatário e Hipóteses de mercados fluidos
 - ii) Plataforma Contrata+Brasil
 - b) Registro de Preços e suas particularidades (art. 82)
- Formação de Agente de Contratação, pregoeiros e equipe de apoio – Lei 14.133/2021
- MÓDULO 1**
- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
- a) Demonstração das funcionalidades dos Sistemas do Compras.gov.br;
 - b) Inclusão de licitação Tradicional;
 - c) Inclusão de IRP – licitação SRP;
 - d) Possibilidade de alteração (Eventos);
 - e) Divulgação de impugnação, pedido de esclarecimento e avisos;
 - f) Configuração da Sessão Pública;
 - g) Simulação da Disputa (modo aberto, aberto e fechado e o fechado e aberto);
 - h) Julgamento da Proposta;
 - i. Análise da conformidade da proposta, solicitação de proposta ajustada ao último lance e negociação de preços;
 - ii. Abertura da manifestação da intenção de recurso (julgamento).
 - i) Habilitação;
 - i. Análise dos documentos no SICAF;
 - ii. Solicitação de documento complementar;
 - iii. Abertura da manifestação da intenção de recurso (habilitação).
 - j) Encerramento da sessão – sem intenção de recurso
 - l) Encerramento da sessão – com intenção de recurso e decidir recurso
 - m) Adjudicação e Homologação (autoridade competente)
 - i Possibilidade de Cancelamento da Homologação
 - n) Revogação ou anulação de uma licitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

o) Convocação de Remanescentes nos casos de recusa de assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, e nos casos de rescisão contratual.

p) Abertura de Chamado na Central de Atendimento

Oficina Prática do Sistema Compras.gov.br das modalidades Pregão e Concorrência, com critério de

juízo menor preço ou maior desconto – Lei 14.133/2021 e IN Seges 73/2022 – Governo
MÓDULO 2

a) Inclusão de Dispensa Eletrônica

b) Possibilidade de alteração (Eventos)

c) Sessão Pública - fase de lances

d) Julgamento

i. Análise de conformidade da proposta e negociação

h) Habilitação

i. Solicitação de documento complementar

i) Adjudicação e Homologação (autoridade competente)

j) Relatório Final

Oficina Prática do Sistema Compras.gov.br da Dispensa Eletrônica – IN Seges 67/2021 – Governo

MÓDULO 3

a) Apresentação do Novo Divulgação de Compras Criação da Contratação

b) Registro de uma Dispensa de Licitação (sem disputa)

c) Registro de uma Inexigibilidade de Licitação

d) Registro de um Edital de Credenciamento

i. Registro do Resultado do Credenciamento

Oficina Prática do Sistema Compras.gov.br do Novo Divulgação de Compras (Inexigibilidade, Dispensa (sem disputa) e Credenciamento - Governo

MÓDULO 4

a) Apresentação da Plataforma Contrata+Brasil

Demonstração da Plataforma CONTRATA+Brasil

3. Valor da Contratação

Para a participação de 02 servidores do CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - PR, o valor por inscrito passa a ser R\$ 2.500,00, Totalizando R\$ 5.000,00.

4. Da justificativa para a aquisição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

A capacitação adquirida no curso "Formação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio" será essencial tanto para a Coordenadora do Setor de Licitação e Compras quanto para a Agente de Contratação, uma vez que ambas desempenham papéis estratégicos na gestão e execução dos processos licitatórios. Com a promulgação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o Brasil iniciou uma nova era na gestão pública, substituindo legislações anteriores, como a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002, e introduzindo mudanças significativas nas práticas de licitação e contratação pública.

Essa nova legislação exige dos agentes públicos um conhecimento profundo e atualizado sobre os novos processos e instrumentos legais, especialmente nas modalidades de pregão e concorrência eletrônica, cujas regras foram modificadas com o intuito de otimizar e tornar mais transparentes os processos licitatórios.

O curso abordará as principais alterações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, incluindo a regulamentação de novos critérios de julgamento, como menor preço ou maior desconto nas modalidades de pregão e concorrência. Também serão abordadas normas importantes, como as Instruções Normativas SEGES/ME nº 73/2022 (que regulamenta o critério de julgamento) e SEGES/ME nº 67/2021 (que trata da dispensa eletrônica). Além disso, o curso explora o uso de ferramentas auxiliares essenciais, como o Sistema de Registro de Preços e o Credenciamento, com ênfase na nova plataforma do Governo Federal, o Contrata+Brasil.

Esse treinamento prático, que inclui simulações na plataforma Compras.gov.br, visa proporcionar aos participantes uma vivência direta dos processos licitatórios e contratuais, desde o cadastramento até a homologação, garantindo que todos os participantes adquiram as competências necessárias para navegar com confiança nas exigências legais e operacionais da nova lei.

Portanto, a participação nesse curso é imprescindível para assegurar que a Coordenadora e a Agente de Contratação estejam plenamente capacitadas para lidar com as mudanças significativas da Lei nº 14.133/2021 e garantir a conformidade dos processos de licitação e contratação pública. A capacitação proporcionará a ambos o conhecimento e as habilidades necessárias para adotar as melhores práticas, mitigar riscos e assegurar a eficiência e transparência nos processos de contratação.

5. Dotação Orçamentária

Conta: 6.2.2.1.1.33.90.39.025-Serviços de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento

6. Dos Deveres do CRQ-IX

6.1 Caberá ao CRQ-IX as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

- I. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
- II. Conferir o objeto recebido e, estando regular, efetuar pagamento nos prazos e condições estabelecidos.

7. Dos Deveres da Contratação

7.1 Competirá à Contratada:

- I. Facilitar a fiscalização do objeto licitado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 9ª REGIÃO - PARANÁ

- II. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos da Legislação vigente;
- III. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o objeto licitado;
- IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia anuência do CRQ-IX.

8. Do Pagamento

8.1 O pagamento por conta do objeto ofertado pela CONTRATADA será efetuado em até 05 (cinco) dias corridos após o aceite na Nota Fiscal/Fatura, o qual poderá ser feito através de boleto bancário ou depósito em conta corrente em nome da Contratada.

8.2 O pagamento fica condicionado à comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, INSS e FGTS, cuja confirmação será feita através da emissão, via *online*, da Certidão de Regularidade do **SICAF**.

8.3 Será efetuada a retenção das contribuições federais em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012 da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Contratante, correspondente ao efetivo pagamento da fatura fora da data de seu vencimento, serão estipulados mediante acordo entre as partes ou na forma do disposto no § 4º, art. 36 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2001.

Curitiba, 16 de abril de 2025.

Natália Miyuki Wassano Barroso
Coordenadora do Setor de Licitação e Compras